

O CAPITAL NO SÉCULO XXI: UMA RECENSÃO ACERCA DAS DESIGUALDADES ECONÔMICAS E SOCIAIS SOB A LENTE CRÍTICA DE THOMAS PIKETTY

CAPITAL IN THE 21ST CENTURY: A REVIEW OF ECONOMIC AND SOCIAL INEQUALITIES THROUGH THE CRITICAL LENS OF THOMAS PIKETTY

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Intrínseca: Rio de Janeiro, 2014.

ALEXANDRE DOS SANTOS GOSSN

*Doutorando em Estudos Contemporâneos junto ao CEIS 20 pela Universidade de Coimbra, mestre em Direito pela Universidade Católica de Santos, pesquisador, escritor e advogado.
Endereço: contato@alexandregossn.com.br*

RESUMO

Partindo de um título provocativo que alude, não só ao capitalismo, mas também ao icônico trabalho de Karl Marx, Thomas Piketty se propõe a enfrentar crenças capitalistas que ganharam *status* de religião laica. A presente recensão se propõe a analisar a obra 09 anos após sua publicação, especialmente porque a Pandemia do coronavírus reatualizou teses defendidas pelo autor quanto à necessidade de regulamentar as sociedades de mercado.

Palavras-chave: Capitalismo; Desigualdade; Hayek; Keynes; Socialismo.

ABSTRACT

Starting from a provocative title that alludes not only to capitalism but also to the iconic work of Karl Marx, Thomas Piketty proposes to confront capitalist beliefs that have gained the status of secular religion. The present review proposes to analyze the work, 09 years after its publication, especially because the coronavirus pandemic has updated theses defended by the author regarding the need to regulate market societies.X

Keywords: Capitalism; Hayek; Inequality; Keynes; Socialism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO; 1 ESTADO GRANDE vs ESTADO LEVE: UM DEBATE QUE ATRAVESSA DÉCADAS; 2 TENTANDO SALVAR A DEMOCRACIA LIBERAL E SEUS VALORES?; REFERÊNCIAS.

INTRODUÇÃO

Antes de adentrar aos meandros da obra e autor, considero válido contextualizar de forma simples (e dentro das dimensões que o espaço de uma recensão permite) os fluxos e refluxos do pensamento econômico, ao menos desde as principais revoluções iluministas (Independência dos

EUA/ 1776 & Revolução Francesa / 1789). Sem esse contexto sintético, pode-se compreender com clareza a obra de Piketty em termos econômicos, mas não se lograria dimensioná-la em todo o seu peso filosófico e social nos anos 2020.

Como bem pontua o historiador israelense Yuval Harari em seus trabalhos *Sapiens* e *Homo Deus*, a multiplicação da riqueza não é natural e teve que ser concebida, não só como sistema econômico, mas antes, como construto sociológico intersubjetivo, isto é, capaz de ser transmitido e compartilhado em uma imensa nuvem cultural, uma *brainet* para se usar a expressão do neurocientista brasileiro Miguel Nicolelis, ou um inconsciente coletivo para se filiar ao termo junguiano. Até então, a riqueza se obtinha unicamente pela extração de matéria-prima da natureza, por modificações rudimentares destas commodities ou pela pilhagem, que em verdade, era uma verdadeira empresa para se obter riquezas, como nunca deixaram de alertar Engels e Marx. As cidades antigas e medievais não eram muradas à toa, como recorda Lewis Mumford em sua obra seminal sobre a urbanização da humanidade, ou ainda, de acordo com Leonardo Benevolo, habitar os espaços murados era um privilégio para os aldeões de outrora, isso significa que a violência era uma forma constante de se obter riqueza alheia. Steven Pinker tenta traduzir e dimensionar a enorme violência dessa era de pilhagem em seu monumental “Os anjos bons da nossa natureza”, um verdadeiro estudo documental sobre como a violência vem decaindo no mundo a partir do iluminismo.

Não há que se afirmar erroneamente que o iluminismo criou o mercado: de forma alguma. Cidades antigas e medievais já ostentavam mercancia em prática constante, mas essa mercancia ainda não constituía o construto que é a atual sociedade de mercado. Para se erigir essa sociedade de mercado egressa do iluminismo, foi preciso acreditar, como leciona Harari. Mas acreditar no quê? Acreditar ser possível criar a riqueza a partir de outras riquezas e especialmente, criar riqueza indefinidamente. Surge a crença fundamental (e fundamentalista, não?) de que o capital pode ser expandido indefinidamente, fato que Marx enxergou e traduziu como o princípio da acumulação infinita do capital. O capital possui magnetismo capaz de atrair mais capital indefinidamente e assim desaguar em acumulação sem termo final. E como essa crença foi gestada e disseminada?

Seguramente com a eclosão da revolução industrial, inicialmente na Inglaterra, e em seguida, em terras francesas. Um misto de liberalismo como filosofia política, moral e econômica e adicionando-se a este caldo cultural, a crença iluminista na razão. A culminância deste processo

histórico se deu com o abraço que a humanidade deu nas novas tecnologias e assim pariu uma ideologia: a ideologia capitalista, considerada por Harari como uma religião laica. Para que o capital possa ser multiplicado e as pessoas não precisem pilhar (ainda que possam fazê-lo, e o fazem, é claro), quem diria... bastava que as pessoas acreditassem? Não exatamente. Foi necessária a confluência de eventos e contingências históricas aludidas acima: uma plêiade de fatos cronológicos concomitantes que permitiriam a eclosão deste novo sistema para se nascer, viver, comprar, vender e morrer.

Ainda no início da gestação do capitalismo, em meio à efervescência do iluminismo, historiadores dos costumes e cultura como Lynn Hunt recordam-nos que a humanidade decidiu ser o momento de se criar (para quem é positivista ou reconhecer para quem crê em direitos naturais) os direitos humanos. Merece observação que os direitos humanos foram criados (ou reconhecidos) não em face do capitalismo, mas em defesa do medievalismo, isto é, da ordem social que já explorava outras classes, mas não a partir do mercado, e sim, dos privilégios de nascença. Desta observação decorre-se a conclusão lógica de que existia exploração do ser humano pelo ser humano (e desconforto desta) antes do capitalismo e seguiu-se havendo exploração após o surgimento da sociedade de mercado. A eclosão dos direitos humanos é um marcador social apto, portanto, a demonstrar a irrisignação (antiga) da sociedade com as suas assimetrias sociais, e o capitalismo, se erradicou algumas injustiças, por certo criou outras tantas.

E, sendo a humanidade tendente aos excessos e aos movimentos filosóficos pendulares, logo a ausência de liberdade e engenho para criar riqueza cedeu lugar aos exageros libertários, à exploração de seres humanos em fábricas imundas por horas a fio e até a utilização de crianças de menos de seis anos de idade em minas de carvão. O solo se tornou fértil para o nascimento do socialismo pelas mãos de Marx e Engels e uma renhida batalha entre capitalistas e socialistas atravessou o século XIX, até desaguar na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), na Revolução Russa (1917) e no surgimento das primeiras legislações de proteção ao trabalhador nos anos de 1910-1920.

O confronto ideológico logo se tornou mais complexo, com o enfraquecimento da social-democracia, assim como com a ascensão e queda do fascismo nos anos que medeiam de 1920 a 1945. Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o embate novamente se polariza entre o ideário capitalista e os preceitos socialistas, se espraiando por todas as décadas em que vigorou a

Guerra Fria até a queda do muro de Berlim (1989) e o colapso da URSS (1991). Mas considerar que o século XX foi permeado apenas pelo embate entre o socialismo e capitalismo é se curvar a uma visão demasiado simplista. E é aí que entra a visão de Piketty abordada nesta recensão e daí a importância desta introdução.

Mesmo dentro da ideologia capitalista residiram conflitos intestinos entre correntes que concordavam com a democracia liberal, assentiam que a sociedade de mercado era a solução ideal para a criação de riqueza, mas discordavam absolutamente quanto às formas de tentar produzir riqueza, dividi-la e especialmente, do papel do Estado dentro das democracias de então. É exatamente do atrito destes embates no interior do capitalismo que Piketty desenvolve seu sagaz trabalho como se verá a seguir.

1 ESTADO GRANDE vs ESTADO LEVE: UM DEBATE QUE ATRAVESSA DÉCADAS

Thomas Piketty, economista que já lecionou no MIT e doutor em Filosofia, teve o mérito de atualizar o debate iniciado com o duelo do “século” dentro da sociedade de mercado: Keynes x Hayek. O primeiro, britânico e oriundo da Universidade de Cambridge, profundamente marcado pelas assimetrias ocasionadas pelo capitalismo desregulamentado, assim como pela inércia de vários governos para lidar com as mazelas econômicas decorrentes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), da Pandemia da Gripe Espanhola (1918-1920), bem como com o *crash* da bolsa de Nova Iorque (1929). O segundo, proveniente da Áustria, filiado à escola austríaca de economia e indelevelmente traumatizado com as experiências e intervencionismo econômico dos governos da República de Weimar, que entregaram um país devorado por inflação que ultrapassava quatro dígitos ao ano.

As experiências de vida, a personalidade e origem social de Keynes e Hayek só poderiam fazê-los discordar em matéria econômica, pois, para o primeiro somente um Estado forte e intervencionista poderia equalizar as distorções de um mercado amoral e tendente ao caos, ao passo que, para o segundo, somente um mercado robusto poderia se impor e enquadrar um Estado forte, que sempre tenderá a desejar maior controle. Para Keynes, o Estado fraco significaria miséria e desigualdade social, enquanto para Hayek, um Estado forte implicaria terror, totalitarismo, artificialidade econômica e opressão. Essa pendenga econômica e ideológica nas entranhas do

capitalismo atravessou os anos 1930 e 1940 e perdura até a obra de Piketty. Após a Segunda Guerra Mundial, surgiu a necessidade de reconstruir os países arrasados e, assim nasce o plano Marshall, em um gigantesco esforço de ajuda do Estado como dínamo econômico: Keynes se tornou hegemônico por décadas. Com o crescimento e avanço do socialismo, o capitalismo precisou oferecer contrapartidas aos mais desfavorecidos, e assim, a rede de bem-estar social foi expandida e os Estados se tornaram maiores e mais presentes.

Essa dinâmica se fez presente até o começo dos anos 70, quando o choque do petróleo e segundo Atkinson (professor de Piketty) e o próprio Piketty, conjuntamente a uma interpretação errônea de dados econômicos do pós-Guerra por parte EUA e Reino Unido, geraram uma guinada na política econômica do globo desde então. Consoante a análise de Atkinson e Piketty, EUA e Reino Unido interpretaram erroneamente a desaceleração de suas economias porque compararam a desaceleração que passaram cerca de trinta anos após a Segunda Guerra, em face da inexistência de desaceleração (ou simplesmente de desacelerações menores) de países que foram completamente destroçados durante a batalha, e, portanto, tinha mais espaço para prosseguir crescendo por mais tempo. Como EUA e Reino Unido não levaram em consideração esta espaço ocioso para crescer em função da destruição destas economias no teatro da guerra, segundo o trabalho de Piketty, os americanos e britânicos concluíram que a solução seria diminuir o tamanho estatal e assim resgatar a antiga competitividade de suas economias. Começa a era do desmonte (que perdura até hoje e é essencial para o pensamento de Piketty), com o robustecimento do pensamento neoliberal por meio de Milton Friedman, da Escola de Chicago, do fortalecimento da Escola Austríaca e o resgate de Von Hayek, até então inerte no ostracismo das reflexões políticas e econômicas sobre como gerir democracias liberais e países em desenvolvimento (até então, chamados de países de terceiro mundo). Sob a liderança de Thatcher e Reagan, os pontas de lança do capitalismo (Reino Unido & EUA) traduzem suas novas políticas em cortes de benefícios, desoneração fiscal, privatizações em ritmo frenético e expansão destas ideias aos países aliados (embora, em verdade, saiba-se hoje que o tal Estado mínimo nos EUA sempre foi um mito).

Segundo a obra de Piketty, a adoção destas políticas econômicas foi desastrosa, porque além destas não promoverem o crescimento econômico que delas se esperava, elas contribuíram decisivamente para piorar as desigualdades sociais então existentes, e, atualmente, ainda mais agravadas pela adoção de tecnologias disruptivas, que precarizam o trabalho, substituindo mão de

obra humana por máquinas. De quebra, tais políticas ensejaram a degeneração da democracia em diversas partes do globo, visto que o sistema capitalista passou a ser enxergado como mera linha de montagem exploratória das classes menos desfavorecidas, em contraste com o crescimento econômico e melhoria de índices sociais em nações governadas sob o pálio de regimes chamados de Autoritarismos Competitivos ou Eficientes (vide China) por David Runciman.

Mas, Piketty vai além em apontar as causas e efeitos da armadilha que o capitalismo armou contra si próprio, e nessa perspectiva, o economista indica alguns caminhos para se tentar superar o imbróglio.

2 TENTANDO SALVAR A DEMOCRACIA LIBERAL E SEUS VALORES?

Liberais como Adam Smith (e até mesmo pensadores contemporâneos difíceis de se catalogar como Amartya Sen) defendem a existência de valores intrínsecos ao mercado. Em sua obra “A teoria dos sentimentos morais”, Smith demonstra ser muito mais que um filósofo da economia, sendo antes de tudo, um filósofo moral, que se preocupa com valores humanos para além dos meramente pecuniários. Por isso, em sua obra mais célebre, “A riqueza das nações”, entre as suas muitas propostas, está a de que o mercado também vale pelas interações políticas, diplomáticas e culturais. Apesar de concordar que podem sim haver valores intrínsecos ao mercado, como o próprio exercício da liberdade em criar produtos e serviços e os disponibilizar a outrem, é preciso se reconhecer que, em rigor, o sistema de preços (que é uma das peças do mercado) não costuma reconhecer limites morais, e Piketty começa bem a sua tese ao solidificar esta assertiva. Una-se a falta de freios morais do sistema de preços ao princípio da acumulação infinita do capital, então o pensador francês aponta que reside aí uma perigosa armadilha social. Para comprovar sua tese, fornece dados estatísticos que demonstram que, em toda a história da sociedade de mercado, a desigualdade social só recuou no curto período que vai do começo da Primeira Guerra Mundial (1914) até o final da Segunda Guerra Mundial (1945).

Haveria, portanto, alguma lei fundamental a permitir o indefinido crescimento da desigualdade social ou, como alegava Simon Kuznets, existiriam elementos constitutivos no capitalismo que primeiro obrigam o crescimento da riqueza para só depois dividi-la? Piketty critica a abordagem de Kuznets, pois, no entendimento do autor, ela se lastrava em dados não confiáveis e em um modelo econômico especialmente industrial, não reproduzível em nossos tempos. Como Piketty gosta de rememorar: o capitalismo *fordista* distribuía melhor a riqueza do que o capitalismo do vale do silício.

O trabalho de Piketty parte da premissa de que inexistente lei natural econômica que garanta distribuição de renda e riqueza de forma perene, assim como inexistente lei em sentido inverso, que perpetue o aumento da concentração de renda e riqueza. No frígido dos ovos e independentemente do modelo sóciopolítico adotado por diferentes países, o que garante distribuição de renda a médio e longo prazo de forma sustentável, é o investimento em educação e difusão de conhecimento. O trabalho, ora recenseado, ainda demonstra com clareza (citando inclusive o romance *O Pai Guriot* de Balzac) como a meritocracia é uma miragem, há séculos ventilada, quando interessa, pelas elites hegemônicas, porque, desde Balzac, o capital (renda) tem prevalecido sobre o trabalho (mérito e esforço), e mesmo para se obter boas posições com boas rendas por meio do trabalho, sem educação e uma posição inicial minimamente vantajosa é virtualmente impossível.

A igualdade na posição de partida é o que garante justiça social e uma democracia de direitos e acesso à riqueza, mas na prática, são poucas as nações que conseguem oferecer isso aos seus cidadãos. Contudo, investimentos em educação costumam impactar no aumento da renda e mitigação da desigualdade social em poucos anos, de modo que, se mantidos por um hiato cronológico mais longo, em uma década, uma nação estará intensamente menos desigual, e em duas décadas, será outra nação.

Como expõe Piketty, no processo de acumulação de riqueza podem se avolumar forças políticas e econômicas que descalibram a relação entre trabalho e capital, prestigiando o segundo em detrimento do primeiro, criando três estímulos poderosos que são socialmente tóxicos:

- O incremento na desigualdade social;
- O desestímulo a quem está tentando ascender;
- A perda de confiança nas qualidades e equanimidade do sistema social e político;

Piketty preceitua que a desigualdade social adquiriu certos padrões (a despeito das diferenças entre países como prova o índice GINI), padrões estes que permitem o reconhecimento de assimetrias econômicas modernas, as quais se tornaram mais domésticas que internacionais. Ainda segundo o livro, tentar debelar a desigualdade social, apoiando-se unicamente no crescimento econômico, constitui um modelo errado para erradicar ou mitigar estes degraus de renda. Por quê? Porque, segundo o autor, é preciso se crescer sustentadamente por muitos anos ao menos 01% ao ano para mudar somente um pouco as feições de um país e resgatar uma faixa muito limitada de cidadãos da pobreza, ou crescer ao menos 03% ao ano, por alguns anos, para mudar muito a estrutura de uma nação, contudo, praticamente nenhum país tem conseguido fazê-lo. Novamente, o autor reitera um dos pilares da saída desta ratoeira sociológica: investimento em educação pública.

Como se não bastasse, ainda que o mundo inteiro lograsse crescer economicamente por mais de 01% por anos seguidos, Piketty alerta que mesmo esta utopia de crescimento constante e longo contém problemas, visto que crescimentos prolongados podem gerar bolhas econômicas, devastação ambiental, esgotamento de recursos, mesmo porque, sozinho e sem um bom direcionamento, não se pode garantir a melhor distribuição da riqueza produzida.

O que fazer então? Piketty não foge ao debate e à propositura de soluções, as quais o autor reconhece serem muito difíceis de implementar, não pela qualidade delas, tampouco por haver certo consenso sobre a funcionalidade delas, mas sim, porque implicam a adoção de grandes negociações políticas entre Estados rivais (quando não hostis), redução de certa competitividade tóxica em prol de um bem maior (redução da desigualdade social) e renúncia a preceitos ideológicos que ganharam *status* de ciência há décadas.

O primeiro passo seria instituir tributos sobre grandes fortunas de forma generalizada, encarecer os tributos sobre propriedade e heranças, especialmente nos países que ainda não o fizeram (como autor da recensão, cito o Brasil, cujo imposto de renda costuma ser de 5 a 2 vezes menor e o imposto sobre heranças em torno de 10 vezes menor que a média na Europa), a ideia não seria produzir um movimento isolado, mas sim, propor um esforço multilateral com o intuito de evitar que divisas sejam enviadas como capital volátil para legislações menos “hostis”.

Piketty frisa a necessidade deste esforço global, fruto da multilateralidade e não mediante uma imposição, justamente para que a adesão seja maior e não sejam violados direitos democráticos. O autor ainda recorda da necessidade de se tornar os tributos sobre a renda progressivos (onde não são), para, de algum modo, reaver daqueles que acumularam, em demasia, parte da riqueza produzida pela sociedade, e efetuar com o produto destes tributos, investimentos públicos em áreas vitais para a equalização social: saúde, segurança, alimentação e educação.

Sem este esforço multilateral e concomitante, o sistema econômico prosseguirá ensejando altos graus de concentração de riqueza, o que tenderá a continuar contaminando os processos políticos, seja pela captura do poder público por interesses privados em detrimento da maioria, seja pela contínua perda de crença dos cidadãos na justiça do sistema de distributivo, abrindo-se o flanco nas democracias, como tem acontecido, para que populistas se apresentem como combatentes do *establishment*, *outsiders* que irão romper o sistema. Como propõe o autor, se alguém surge propondo destruir o sistema e consegue atenção, é porque o sistema merece reparos. Se a democracia liberal conceder oportunidades

mínimas para que os cidadãos ascendam e vivam com dignidade, a tendência é que o próprio populismo se esvaia e seja reduzido na mesma proporção que a insatisfação com a iniquidade social.

Coimbra, Dezembro de 2021.

REFERÊNCIAS

- ATKINSON, Anthony B. **Desigualdade**. Tradução de Eloisa Câmara. São Paulo: Leya, 2016.
- BALZAC, Honoré de. **Pai Goriot**. Edição de domínio público editada por Le Books.
- BENEVOLO, L. **História da Cidade**. Tradução Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- HARARI, YUVAL – **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- HARARI, Y. N. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Traduzido por Janaína Marco Antonio. Rio de Janeiro: L&PM, 2015.
- HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**. Tradução de Rosasura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. Traduzido por Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NICOLELIS, Miguel. **O verdadeiro criador de tudo: como o cérebro humano esculpiu o universo como nós o conhecemos**. São Paulo: Crítica, 2020.
- PINKER, S. **Os anjos bons da nossa natureza: Por que a violência diminuiu**. Tradução de Bernardo Joffily & Laura Teixeira Motta: São Paulo: Companhia das Letras, 2013
- RUNCIMAN, David — **Como a democracia chega ao fim**. 1ª ed., São Paulo: Todavia, 2018.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Schwarcz, 2018.
- SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. Tradução de Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. Tradução de Bernardo Ajzemberg & Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.



RECENSÃO: PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Intrínseca: Rio de Janeiro, 2014.

ALEXANDRE DOS SANTOS GOSSN

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SMITH, Adam. **A teoria dos sentimentos morais**. Tradução de Lya Luft. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

Recebido em: 18/12/2021 / Aprovado em: 20/01/2022